



Rosângela Venturi

Memória

A assinatura do tombamento de imóveis ocorreu no sábado à tarde

Muqui oficializa tombamento

Muqui - Revitalizar a economia do município, com base no seu potencial turístico. Este é o principal desafio da comunidade e do Poder Público de Muqui, concluída a primeira etapa do processo de tombamento do sítio histórico. A avaliação é do presidente do Conselho Municipal de Cultura (CMC), Cyro Lettieri, que defende também a garantia de incentivos fiscais para os proprietários dos 178 imóveis tombados, como forma de assegurar a preservação do casario.

A solenidade de assinatura do tombamento foi realizada na noite de sábado, na Praça Geraldo Viana, em frente à Igreja Matriz de São João. A luta pela garantia legal da preservação dos velhos prédios de Muqui, contudo, remonta ao ano de 1987. Naquela ocasião houve a primeira tentativa de formalizar o reconhecimento oficial do valor histórico e cultural do casario. Por iniciativa da profes-

tes disso e se mobilizar para que essa revitalização ocorra de fato", disse. A sustentabilidade do sítio histórico depende da implementação de projetos turísticos, conforme destaca.

Na zona urbana foram identificados 561 imóveis passíveis de tombamento, em cinco diferentes níveis, diferenciados conforme o interesse arquitetônico, histórico e cultural. São construções erguidas ao longo das três primeiras décadas do século XX, representativas da arquitetura eclética e de um período de pujança econômica sustentada pela atividade cafeeira. As 178 edificações tombadas nessa etapa pertencem aos quatro primeiros níveis. O levantamento na zona rural não foi concluído. O Conselho de Cultura decidiu realizar o tombamento por etapas em virtude das dificuldades em notificar todos os proprietários.

O Conselho pretende apresentar ao Poder Público propos-

valor histórico e cultural do casario. Por iniciativa da professora Ney Rambalducci, um grupo de moradores encaminhou ao Conselho Estadual de Cultura(CEC) um abaixo-assinado propondo o tombamento.

Proprietária de um dos imóveis tombados e que constam nos roteiros de visitação, Ney disse que vê com muita alegria a conclusão da primeira etapa e que tem esperança de que Muqui volte a crescer e recuperar sua importância econômica.

Como membro do Conselho de Cultura, entretanto, ela disse estar consciente de que é preciso buscar meios para que o tombamento, de fato, traga benefícios para a comunidade. "Não adianta tomar e deixar para lá, pois assim correremos o risco de ver nosso patrimônio se acabar", alerta, endossando as palavras de Lettieri.

Essa é também a avaliação do arquiteto Genildo Hautequest Filho que assessorou o Conselho. Ele manifestou preocupação em relação à continuidade do processo. "O tombamento deve ser visto como a primeira etapa de um projeto amplo de revitalização econômica do município. A sociedade e o Poder Público precisam estar conscien-

O Conselho pretende apresentar ao Poder Público proposta de isenção total do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano(IPTU) para os imóveis tombados e redução da alíquota do Imposto sobre Serviços(ISS) de 4,5% para 2% para aqueles imóveis onde já funciona algum tipo de comércio. Embora o estado geral de conservação do casario seja considerado bom, há necessidade de intervenções em várias casas. Ao todo foram listadas 266, das quais 20 apontadas como prioritárias para restauração.

A residência da dona de casa Marta Maria Rodrigues dos Santos, 59, há pelo menos 30 morando no mesmo local está incluída na relação. A justificativa está nas pinturas internas e na importância arquitetônica e artística. A varanda conserva azulejos com pinturas de paisagem do Rio de Janeiro, sem a imagem do Cristo Redentor.

A construção data das duas primeiras décadas. Nas duas salas, as paredes são cobertas por pinturas em estêncil, os forros são trabalhados e chama a atenção uma faixa pintada entre o teto e as paredes, o chamado roda-forro, com imagens de anjos.